



Pesquisa em e sobre África no século XXI: África, africanos e africanistas

Research in and about Africa in the 21st Century: Africa, Africans and africanists

Cláudio Alves Furtado¹

Resumo: A comunicação busca refletir e descortinar as relações reais e potenciais entre os pesquisadores africanos e brasileiros (e as pesquisas por eles conduzidas) e o continente africano. Neste contexto, num primeiro momento, se coloca a centralidade reflexiva no continente africano, tentando perceber, endogenamente, os desafios internos e externos com os quais faz face e, num segundo, os pontos de aproximação (comunalidades) e de afastamento com os que buscam pesquisar e produzir conhecimentos sobre África. Qual é a relevância do que se tem pesquisado? Obedecem a que agendas e a quem se destinam? Que diálogos (de surdos?) entre os africanistas e os pesquisadores africanos? Que pontes podem ser construídas entre eles, (re)forçando a horizontalidade relacional? Indicativamente, propõe-se apontar algumas possibilidades no âmbito de pesquisas envolvendo pesquisadores brasileiros e africanos.

Palavras-chave: África, Estudos Africanos, Brasil, Africanistas, pesquisadores africanos

Abstract: The text seeks to reflect and unveil the real and potential relations between the Brazilian and other Africanists researchers and the research conducted by them) and the African continent. In this context, in the first place, an reflective centrality is placed on the African continent, trying to understand, endogenously, the internal and external challenges it faces, and in a second, the points of approximation (commonalities) and distance between those who seek to research and produce knowledge about Africa. What is the relevance of what has been researched? They obey what agendas and to whom they are intended? What dialogues (dialogues of the deaf?) between Africanists and African researchers? What bridges can be built between them, reinforcing relational horizontality? Indicatively, it is proposed to point out some possibilities in the scope of research involving Brazilian and African researchers.

Keywords: Africa, African Studies, Brazil, Africanists, African researchers

¹ Professor Associado da Universidade de Cabo Verde.

1. Introduzindo: África definitivamente está na moda!

Tendo feito uma pesquisa no motor de busca Google e tendo como entrada a palavra África, foi possível encontrar 2.110.000.000 resultados². Claro está que uma parte significativa dessas referências ao continente africano se reporta a temáticas e assuntos que, mesmo dando-lhe centralidade, o fazem negativamente. Em todo o caso, África está nas mídias e nas redes sociais. Falem mal, mas falem de mim, diz o ditado popular.

Nas academias, tanto na Europa quanto nas Américas e na Ásia, multiplicam disciplinas e cursos versando sobre o continente africano, bem como centros de pesquisa em Estudos Africanos exponenciando a emergência de africanistas e especialistas em e sobre África. Mobilidade de docentes, estudantes e pesquisadores tem vindo a conhecer, nos últimos anos, importante incremento.

Apesar do aumento global do interesse por África, toda esta situação, contudo, denota que, apesar de tudo, África continua colocando problemas! Ela continua sendo um problema! Como dizem os franceses “L’AFRIQUE *nous donne à penser!*”, isto é, A África nos faz pensar!” De igual modo, e talvez por se constituir num problema, o continente africano continua sendo problematizado! Daí, seu interesse crescente enquanto temática de pesquisa. Contudo, África permanece sendo menos um continente na sua singularidade e na sua interface relacional com outros continentes e povos e mais com uma imagem, uma ideia, uma invenção ou uma construção que remonta ao período colonial³. Com efeito,

Whether we like it or not, colonial governments and colonial anthropologists created new identities in Africa that are now part of contemporary social reality. This would suggest that there is a constant.⁴

Eventualmente, esta situação nos deve levar a questionar, uma vez que nos estamos referindo aos desafios de pesquisa na África contemporânea, sobre a qualidade da problematização, ou, melhor, das problematizações. Uma questão que pode ser colocada é a seguinte: Como os

² Consulta feita no dia 15 de maio de 2020.

³ A este respeito, conferir: MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Prognosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1988; MUDIMBE, V. Y. *The Idea Of Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1994; MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014; MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001; COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. *Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa (The Radical Imagination)*. Routledge; Paradigm Publishers, Boulder, CO, 2011

⁴ Citado por MAFEJE, Archie. *Anthropology in Post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001. "Quer nos agrade ou não, os governos coloniais e antropólogos coloniais criaram novas identidades em África que agora fazem parte da realidade social contemporânea. Isso sugeriria que existe uma constante" (2001, p.25).

Todas as citações em língua estrangeira têm tradução livre do autor em nota de pé de página.

pesquisadores africanos e os africanistas têm encarado esta questão e como se têm (ou não) relacionado no e com o ofício de pesquisadores de/sobre África? São esses os pontos que induziram a minha reflexão que, confesso, é constituída mais de pontos ainda abertos e, eventualmente, desconexos do que um pensamento coeso, formatado e concludente. Trata-se, pois, de uma reflexão em construção e em progresso e que, por isso, não se revela como um pensamento ordenado, lógico, coerente.

2. Situando e contextualizando...

As independências fizeram, num primeiro momento, recuar as pesquisas e os estudos sobre o continente africano e realizados por africanistas, particularmente aqueles provenientes das antigas potências coloniais. Afinal, o nacionalismo, também ele intelectual, exigia uma ruptura com a situação colonial⁵ e demandava a produção de um conhecimento ao serviço dos novos Estados-Nação/Nações. Afinal, como sustentou o cientista político nigeriano, precocemente desaparecido, Claude Aké⁶, as ciências sociais estiveram e estão ao serviço do imperialismo, impondo-se aos cientistas africanos tomar em suas mãos a produção do conhecimento científico imprescindível à construção dos novos estados e dar concretude ao desiderato de lutar contra a pobreza, as doenças e a ignorância⁷.

No que às ciências sociais e humanas diz respeito, a negação da associação com o colonialismo impacta o seu percurso no contexto das pós-independências. Não é à toa que, por exemplo, a etnologia e a antropologia foram, de entre as ciências sociais e humanas, as que mais se desenvolveram durante o período colonial, a par da geografia, mas que praticamente desaparecem nas primeiras 3 a 4 décadas posteriores às independências. Os departamentos de antropologia desapareceram e os antropólogos africanos e/ou africanistas que ficaram, alojaram-se em outros departamentos, como os de Sociologia, Arqueologia ou História. No que se refere especificamente à Antropologia, sustenta-se que, no dealbar das independências,

The nationalist governments that were committed to “nation-building” simply banned anthropologists as peddlers of “tribalism”. Consequently, most African anthropologists went underground for a long thirty years. When they emerged in 1991 at a special seminar in Dakar, they seemed totally lost and disoriented.⁸

⁵ BALANDIER, Georges. La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 110, n.º. 1, 2001, pp. 9-29.

⁶ AKE, Claude. *Social Science as Imperialism. The Theory of Political Development*. Ibadan: Ibadan University Press, 1982.

⁷ MKANDAWIRE, Tandika (eds). *African Intellectuals: Rethinking Politics, Language, Gender and Development*. Dakar: CODESRIA; Zed Books, 2005.

⁸ Citado por MAFEJE, Archie. *Anthropology in Post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001, p. 24. “Os governos nacionalistas que se comprometeram a

É apenas em 1989, num encontro realizado em Yaoundé- Camarões, envolvendo antropólogos originários de mais de duas dezenas de universidades africanas, à volta da temática “*L’enseignement et la pratique de l’anthropologie en Afrique*” (O ensino e a prática da antropologia em África), que se decidiu criar uma Associação pan-africana de Antropologia, ao mesmo tempo que era chamada a atenção para a necessidade da Antropologia africana se conectar com e à Antropologia mundial. É, de certa forma, o renascimento da antropologia africana num contexto político e social novo, exigindo um reposicionamento paradigmático, mas também político⁹. É verdade, contudo, como sustenta A. Mafeje, que a crítica à antropologia por parte de antropólogos africanos não começa com as independências. Para demonstrar tal asserção, ele sublinha seus próprios trabalhos de pesquisa e os de Bernard Magubane¹⁰, inscrevendo-os na trilha da desconstrução paradigmática da antropologia colonial. Afirma Mafeje:

I hinted at this contradiction as early as 1963 when I was an MA student at the University of Cape Town in an article entitled simply, “A Chief Visits Town”. This earned me great recognition among colonial anthropologists but my message was lost on them. It was not until I went to Uganda (1965-1967) and to Tanzania (1969-1971) when I realised that the ideology of tribalism was pervasive in colonial Africa as well as post-independence Africa. This struck me as odd and at variance with facts. It prompted me to write an article entitled “The Ideology of Tribalism” (1971). From then on I embarked on a long deconstructionist journey with respect to colonial anthropology. However, I was not alone. As will be seen, there was a general disillusionment with colonial anthropology in the late 1960s, which developed into a veritable rebellion in the 1970s in the hands of a younger generation of anthropologists.¹¹

"construir a nação" simplesmente proibiram os antropólogos como vendedores ambulantes de "tribalismo". Consequentemente, a maioria dos antropólogos africanos se eclipsou durante trinta anos. Quando surgiram em 1991 em um seminário especial em Dakar, eles pareciam totalmente perdidos e desorientados”.

⁹ Jean Copans no texto *Pour une histoire et une sociologie des études africaines* chama atenção para a necessidades, no processo de elaboração da história das ciências, se ter em conta as condições sociais (mas também políticas, econômicas e ideológicas) da produção do conhecimento científico. A isso acresce, também, a necessidade de desconstrução das narrativas científicas, fazendo emergir suas dimensões ideológicas. De forma explícita, sustenta Copans: “Ainsi le processus scientifique, bien que fondamentalement un processus de connaissance, donc d’appropriation du réel sous forme abstraite (pensée) est aussi fonction de ses conditions sociales d’exercice et de ses conditions techniques et pratiques. (...) Comme toute production intellectuelle, la production scientifique correspond aux conditions historiques de son développement c’est-à-dire aux moyens théoriques et pratiques de son fonctionnement. Ces moyens théoriques sont l’outillage conceptuel et les médiations idéologiques du groupe auquel appartient (de droit et de fait) le scientifique». COPANS, Jean. *Pour une histoire et une sociologie des études africaines. Cahiers d’Études Africaines*, 1971, vol. 11, n°. 43, p. 422-447.

¹⁰ MAGUBANE, Bernard. A Critical Look at Indices Used in the Study of Social Change in Africa, *Current Anthropology*, 12, 1971.

¹¹ Citado por MAFEJE, Archie. *Anthropology in Post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001, p.29-30. “Eu dei a entender essa contradição, já em 1963, quando eu era um estudante de mestrado na Universidade de Cape Town em um artigo intitulado simplesmente “*A Chief Visits Town*”. Isso me granjeou grande reconhecimento entre os antropólogos coloniais, mas minha mensagem foi perdida neles. Foi apenas no Uganda (1965-1967) e na Tanzânia (1969-1971) quando percebi que a ideologia do tribalismo era penetrante na África colonial e na África pós-independência. Isso me pareceu estranho e em desacordo com os fatos. Isso me levou a escrever um artigo intitulado “*A ideologia do tribalismo*” (1971). Desde

A ligação causal – e por esta razão por demais reducionista e pobre – da antropologia ao projeto colonial levou a que muitos intelectuais africanos e africanistas renunciassem o fim desta disciplina, não apenas pelo seu “pecado original de ligação com e ao empreendimento colonial”, mas também pela perda ou diluição de seu objeto, método e quadro teórico¹². Na verdade, a forte emergência, no contexto pós-independências, do que Jeans Copans¹³denominou de antropologia histórica e que outros antropólogos denominaram de antropologia do desenvolvimento, seria a explicitação dos posicionamentos atrás referidos. Tende-se, contudo, a obnubilar, de um lado, a forte autocrítica a que a disciplina foi objeto, **interna corpore**, quanto a um esforço, de certa radicalidade, de estabelecimento de um novo quadro teórico e paradigmático no contexto contemporâneo, de outro. Aliás, esta “reconciliação” da Antropologia consigo própria e com os Outros, contestando e contextualizando o paradigma da alteridade, tem permitido avanços significativos e contribuído para a consecução de importantes estudos antropológicos sobre o continente africano e suas diásporas.

Não obstante essa mutação paradigmática, no âmbito da produção de uma história das ciências, no caso em apreço dos Estudos Africanos (tendo interface com várias disciplinas das ciências humanas e sociais), não se pode esquecer e nem, quiçá, legitimar o passado pela reconversão dessas disciplinas no presente, nem que, por exemplo, a história e a sociologia quase que ignoraram o continente africano durante praticamente todo o período de dominação colonial¹⁴.

Atualmente, estamos em presença da busca de uma nova ‘conquista’ da África, não tendo mais como principais protagonistas as missões das Sociedades de Geografia ou as Missões de Estudos Coloniais, nem, mais tarde, as missões técnicas que visam a ajudar a pensar se a modernidade e o desenvolvimento eram possíveis para- e no- o continente africano. Neste momento, conhecer África se assenta numa perspectiva muito mais múltipla, compósita e, por isso, complexa.

então, embarquei em uma longa jornada desconstrucionista em relação à antropologia colonial. No entanto, não estava sozinho. Como se verá, houve uma desilusão geral com a antropologia colonial no final da década de 1960, que se transformou em uma verdadeira rebelião na década de 1970 nas mãos de uma geração mais jovem de antropólogos”.

¹² ADESINA, Jimi O. Archie Mafeje and the Pursuit of Endogeny: Against Alterity and Extroversion. *Africa Development*, Vol. XXXIII, No. 4, 2008, p. 133–152.

¹³ COPANS, Jean. Pour une histoire et une sociologie des études africaines. *Cahiers d'Études Africaines*, 1971, vol. 11, n.º. 43, p. 422-447

¹⁴ Relativamente a estas questões remeto para o estudo de Furtado (2016). Deve-se acrescentar que no domínio da sociologia, que as sociedades tidas como não complexas não constituíam, de forma preferencial seu objeto de estudo. A estas, no âmbito da divisão do trabalho científico, competia à Antropologia/Etnologia estudar. É a partir da segunda metade do século passado que se inicia o interesse de mais sistemática da Sociologia pelo continente africano. No âmbito da Sociologia Francesa, por exemplo, os trabalhos de Georges Balandier são elucidativos.

Na verdade, o processo de globalização tornou o continente africano fortemente apetecível ao capital financeiro internacional e, portanto, relevante em termos geopolíticos. Neste momento, mais do que apenas os recursos naturais e minerais, os mercados africanos tornaram-se fortemente apetecíveis. De ressaltar que o continente africano, de acordo com os dados do BAD (Banco Africano do Desenvolvimento), do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), foi o único a conhecer um crescimento econômico relativamente robusto e significativo mesmo depois da crise do *sub-prime* em 2009¹⁵, embora com diferenças regionais e entre países.

De igual modo, trata-se de um continente com 1,216 bilhões de habitantes que, cada vez mais, se integram no mercado consumidor nacional, regional, continental e global. Trata-se, igualmente, do continente com maior ritmo em termos da taxa de penetração das novas tecnologias de informação, mesmo nos meios rurais¹⁶.

O aumento do fluxo internacional do tráfico de drogas, a expansão do terrorismo e os fluxos migratórios em direção à Europa e os Estados Unidos da América, partindo do continente africano ou tendo continente africano como trajeto, transformaram a África como central no âmbito da geopolítica e geoestratégia internacionais.

As tentativas, particularmente fortes durante a primeira década do século XXI, de reforma do Sistema das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança, aliadas à busca do revigoramento das relações Sul-Sul, reforçaram a relevância do continente africano em termos das relações internacionais, aumentando os programas de cooperação bilateral e multilateral.

Por tudo isso, vê-se aumentar as iniciativas norte-americanas em África (AGOA-African Growth and Opportunity Act) e a AFRICOM (United States Africa Command), da União Europeia (Acordos de Cotonou bem como no plano militar no âmbito da NATO (North Atlantic Treaty Organization), da China (Cimeiras China-África), do Japão (Cimeira Japão-África) e da Índia, sem contar as relações já mais consolidadas com os países Árabes no âmbito da OCI (Organização da Conferência Islâmica) e das ações do Fundo do Kuwait, do BADEA (Banco Árabe de Desenvolvimento em África), etc.

Tendo em conta este novo contexto internacional e a nova visibilidade da África, não se pode estranhar que estudos e pesquisas sobre o continente tenham aumentado. Estudos estratégicos e prospectivos desenvolvidos por gabinetes de consultoria e por institutos e centros de pesquisa têm

¹⁵ A este propósito o relatório sobre as perspectivas económicas para a África de 2012 sustenta que “Em 2012, a África continuou a se recuperar dos efeitos negativos da crise mundial e continua a se distinguir como uma das regiões com o mais alto índice de crescimento no mundo. Após um salto notável de 5% em 2010, o PIB cresceu 3.4 % em 2011”. AFDB, OECD, UNDP, UNECA. *Perspectivas Económicas em África*, 2012.

¹⁶ LIVINGSTON, Steven. *A Evolução dos Sistemas de Informação em África: Um caminho para a segurança e estabilidade*. Washington D.C., Centros de Estudos Estratégicos de África, Trabalho de Pesquisa No 2, março de 2011.

aumentado de forma exponencial. A história se repete apenas como farsa, disse K. Marx,¹⁷ mas o conhecimento de África, num contexto sócio-histórico e político novo, ganha dinamismo fora e dentro do continente. Já não se pode dizer que é preciso conhecer para dominar, mas, antes, conhecer para melhor fundamentar as decisões políticas e de investimentos. *Mutatis mutandis*, é mudar para permanecer!

Podemos, contudo, nesse processo, encontrar fissuras e interstícios no sistema de produção de conhecimento que indiciam interesses não vinculados ao sistema hegemónico. Contestações, primeiro, nos Estados Unidos da América e, depois, no Brasil, aos paradigmas teóricos que embasaram os estudos sobre as diásporas africanas e a busca da construção de um novo paradigma que possam embasar os estudos afro-americanos e afro-brasileiros têm possibilitado novos olhares, novos estudos e pesquisas sobre a África e suas múltiplas comunidades diaspóricas, não apenas nas Américas, mas também na Europa e na Ásia.

No domínio do ensino superior, o envelhecimento da população da Europa e a queda da taxa de natalidade, com impacto no crescimento da população do velho continente, fizeram aumentar a apetência pelo mercado de ensino superior africano, com uma forte demanda reprimida. Por isso, tem se assistido, neste século, por parte de entidades mantenedoras e empresas de ensino superior europeias e norte-americanas, uma corrida ao continente africano. Filiais de Universidades europeias e norte-americanas têm sido criadas um pouco por todo o continente africano, muitas vezes em infraestruturas manifestamente inadequadas. Sem regulamentação, sem fiscalização e sem avaliação, o investimento se transformou apenas numa forma de assegurar a expansão do capital financeiro internacional e o retorno rápido do capital investido.

Todo esse processo de uma nova corrida à África por parte de empresas internacionais de ensino superior euro-ocidentais a partir dos anos 90 do século passado se inscreve, como sustenta Mamdani¹⁸, num processo mais vasto de (neo)liberalização das economias africanas, de um lado, e, de outro, da reforma das universidades públicas africanas sob a égide das instituições de Bretton Woods, neste caso particular, o Banco Mundial. A este propósito, e a partir do processo de reforma conduzido pelo Banco Mundial na Universidade de Makerere (Uganda), Mamdani pontua que

At a general level, the Makerere case epitomises the fate of public universities globally in a market-oriented and capital-friendly era. When the reforms unfolded

¹⁷ “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. In: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. S. Paulo, Boitempo, 2011, p. 25

¹⁸ MANDANI, Mahmood. *Scholars in the Marketplace. The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989–2005*. Dakar: CODESRIA, 2007

in the early 1990s, they were guided by the World Bank's then held conviction that higher education is more of a private than a public good.¹⁹

Mahmood Mamdani, no seu recente estudo *“Scholars in the Marketplace”* (2007), lembra-nos que, mais do que opor antagonicamente o público ao privado ou o Estado ao mercado, importa compreender a relação entre estes dois tipos de instituições de ensino superior que povoam o campo acadêmico nos nossos dias em África. Neste contexto, torna-se relevante procurar saber quem determina os termos desta relação, e quem define os objetivos.

Evitando uma análise dicotômica e mutuamente excludente entre o ‘público’ e o ‘privado’, Mamdani prefere analisar o caso ugandês propondo identificar e fazer emergir as relações entre essas duas categorias analíticas (mas, não raras vezes, prescritivas). Neste processo, ele identifica dois tipos diferentes de relação entre o público e o privado na organização do ensino superior. Na versão que ele define como *soft*, caracteriza-se por ser uma “privatização” limitada, sendo que as prioridades são fixadas pela esfera pública. Já na versão tida como *hard* desta relação, qualificada de “comercialização”, é o mercado a estabelecer as prioridades no funcionamento de uma universidade pública. Explicita Mamdani:

If limited *privatisation* sums up a relationship in which the public (including the state) leads the private (including the market), *commercialisation* reverses the terms in an arrangement where the private leads the public. The difference is this: limited privatisation is the critical appropriation of the market for public ends, whereas commercialisation is the subversion of a public institution for private purposes.²⁰

Nitidamente, e em muitos países africanos que viram suas políticas econômicas influenciadas e/ou determinadas pelas instituições financeiras internacionais e legitimadas por organismos de cooperação bi e multilateral, é a comercialização dos produtos educativos que parece prevalecer, com e em todas as suas consequências. Uma delas tem a ver, não raras vezes, com a redução de investimentos públicos nas universidades públicas, obrigando os gestores à busca de financiamentos complementares, passando, nomeadamente, pelo aumento da comparticipação dos estudantes e suas famílias, bem como na redução de algumas atividades-fim, como, por exemplo, a pesquisa. Pode-se ainda agregar a tentação de colocar as universidades a reboque “do mercado”,

¹⁹ MANDANI, 2007, p. vii) “Em um nível geral, o caso Makerere simboliza o destino das universidades públicas globalmente em uma era de mercado-orientado e de capital-amigo. Quando as reformas tiveram lugar no início dos anos 90, foram guiadas pela convicção do Banco Mundial de que a educação superior é mais um bem privado do que público”.

²⁰ Idem, p. viii. “Se limitada, a privatização resgata um relacionamento em que o público (incluindo o Estado) lidera o privado (incluindo o mercado), a comercialização inverte os termos em um arranjo em que o privado lidera o público. A diferença é esta: a privatização limitada é a apropriação crítica do mercado para fins públicos, enquanto que a comercialização é a subversão de uma instituição pública para fins privados”.

clamando para a necessidade de responder às demandas daquele. Neste contexto, cursos das áreas das humanidades tendem a ser sacrificadas em detrimento das *'market-oriented'*, bem como os programas e projetos de pesquisa, particularmente aqueles que não têm retorno (financeiro) a curto prazo. Aqui dois equívocos estão presentes, sendo um de ordem vocacional e outro contextual. Quanto ao primeiro, os decisores tendem a esquecer que as universidades, enquanto *universalidade*, mas também enquanto espaço propiciador de reflexão e de reflexividade, são, por excelência, centros dinamizadores e indutores da autonomia e da cidadania. Aliás, desde, no mínimo, a Renascença que as humanidades têm uma forte centralidade nas atividades das universidades: a Filosofia, a História e as Artes tendem a constituir as *core* disciplinas das universidades. Em termos contextuais, não se pode deixar de ter em consideração que as universidades, incluindo as humanidades, se revelam fundamentais, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na conformação das vontades nacionais, da inserção internacional de um país e na produção de capacidades nacionais para pensar e liderar o devir. Constitui, pois, uma grave miopia, podendo hipotecar as sociedades e países respectivos, descuidar a relevância das instituições universitárias africanas, particularmente as públicas.

3. E no domínio da pesquisa....

Paralelamente ao desenvolvimento do ensino superior no e sobre o continente africano e malgrado seus múltiplos e estruturais constrangimentos, programas de pesquisa (básica e aplicada), no âmbito dos Estudos Africanos, conheceram importantes avanços, mas também recuos. Internamente ao continente, nos anos setenta e oitenta do século passado (década de desilusão, como sugere Tandika Mkandawire) foram organizações como o CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) e a OSSREA (*Organization for Social Science Research in Eastern Africa*) que desempenharam um papel fundamental na promoção da pesquisa em ciências sociais e humanas, assistindo-se a um nítido e profundo refluxo dos programas de pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa africanos. No entanto, neste século, universidades e centros de pesquisa, um pouco por toda a África, retomaram muitos programas de pesquisa²¹, seja com recursos endógenos seja com recurso a financiamentos

²¹ É verdade, contudo, que esta retomada nem sempre se dá de forma progressiva e endógena. Em muitos países não existem mecanismos públicos claros e efetivos de financiamento público das pesquisas, particularmente nas áreas das humanidades. O setor privado é ainda pouco sensível ao financiamento da pesquisa, sobretudo quando não aplicada ou diretamente vinculada ao core business das empresas. Da mesma forma, o privilegiar de conclusões e recomendações a curto prazo tem feito com que os formuladores das políticas públicas e as organizações internacionais privilegiem as consultorias. Conferir a este propósito: NDIAYE, Abdoulaye (dir). *Chercheurs et décideurs d'Afrique. Quelles synergies pour le développement*. Dakar: CODESRIA, 2009; DE SARDAN, J-P. Promouvoir la recherche face à la consultance. *Cahiers d'études africaines*, 202-203, 2011, consultado em 4 / 9/2017.

disponibilizados por organizações internacionais de cooperação bilateral e multilateral seja no quadro de programas colaborativos com universidades e centros de pesquisa do Norte ou do Sul globais.

Externamente, também no domínio da pesquisa, tem aumentado o interesse de instituições e pesquisadores individuais em desenvolver projetos em África e/ou sobre África, sendo, muitas vezes, num quadro cooperativo com instituições e pesquisadores africanos. Resta, contudo, a velha questão do quão colaborativo são esses projetos e em que medida se mostram relevantes para a autonomia do processo de produção de conhecimento em África, num processo de descolonização das mentes, como sustenta Ngũgĩ wa Thiong’o²².

Internamente, principalmente nas últimas duas décadas, pode-se sustentar com alguma margem de segurança que a produção do conhecimento científico vem melhorando, mas não de uma forma hegemônica em todos os países e regiões de continente. Com efeito, nem todos os países africanos dispõem, ainda, de mecanismos próprios de financiamento e de promoção da investigação científica o que impacta a quantidade, a qualidade e a perenidade de programas e projetos.

Ainda que a contribuição africana à produção científica global seja relativamente marginal e tênue, acontecendo o mesmo com a média dos investimentos em ciência e tecnologia feitos pelos estados africanos quando comparada com a média global, assiste-se, ao menos nas narrativas políticas, uma tentativa de reverter a situação. Com efeito, a União Africana, na cimeira dos chefes de Estado realizada em janeiro de 2007, instou os estados-membros a consagrar, até 2020, ao menos 1% do PIB (Produto Interno Bruto) à pesquisa e desenvolvimento. Da mesma forma, pediu um comprometimento com a revitalização das universidades africanas e a promoção do estudo da ciência e da tecnologia entre os jovens. Relevante sublinhar que o ano de 2007 foi proclamado ano da ciência e da tecnologia em África. Um Plano de Ação no domínio da ciência e da tecnologia tinha sido lançado em 2005, também pela União Africana e pelo secretariado da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

Resta, contudo, avaliar o grau de cumprimento das decisões da cimeira de Addis Abeba e das ações previstas pelo Plano de Ação atrás referido, particularmente no contexto atual de uma profunda crise económica mundial decorrente da igualmente profunda crise sanitária da Sars-CoV-2. O risco do aumento do sub-financiamento do ensino superior e da pesquisa científica em África é inegável.

²² THIONG’O, Ngũgĩ wa. *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*. Oxford: James Currey, 2006.

4. Ensino e pesquisa sobre África em outros continentes

Externamente, o número de cursos relacionados aos Estudos Africanos (enquanto estudos de área- *area studies*) ou cursos disciplinares especializados em África (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Estudos Literários, Relações Internacionais, Economia, etc.) e o volume de pesquisas sobre o continente africano e suas diásporas têm tido uma grande dinâmica, sendo muitos deles realizados no âmbito de programas e/ou projetos colaborativos com pesquisadores e instituições de pesquisa africanos. Nitidamente, o aumento do interesse por África e por conhecimentos científicos sobre este continente está claramente associado, em proporção não negligenciável, a objetivos estratégicos dos países europeus, americanos e asiáticos, não apenas de um conhecimento científico estrito senso, mas também estão, muitos dos programas e projetos de pesquisa, articulados com as demandas do setor privado, do terceiro setor ou ainda de governos não africanos e das organizações internacionais.

Na Europa, temos vindo a assistir ao reforço dos Estudos Africanos, seja em Universidades e Centros de pesquisa seja no quadro de associações de pesquisadores, nomeadamente, a Associação Europeia de Estudos Africanos (*African Studies in Europe*), Associação de Estudos sobre Negros (*Black Studies Association*). Na verdade, a existência de dezenas de cursos de pós-graduação em Estudos Africanos, a que se acrescem importantes centros de pesquisa, mostra a relevância da África nas Universidades. De igual modo, ultimamente, tem aumentado o financiamento para estudos sobre as migrações/mobilidades de africanos e asiáticos (melhor dizendo do Médio Oriente) em direção à Europa, assim como para estudos sobre o tráfico, o terrorismo, etc.²³

O interesse pelo continente africano por parte dos países asiáticos foi também apontado pelo estudo coordenado por Fantu Cheru e Cyril Ibi para o *Nordic Africa Institute* e intitulado “*The Rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*”²⁴.

A par do incremento das relações comerciais, do financiamento ao desenvolvimento e de assistência técnica, também se observa uma preocupação em conhecer este vasto e heterogêneo continente. Neste âmbito, universidades e centros de pesquisa têm jogado um papel central. Com efeito, centros de Estudos Africanos, cursos sobre o continente africano e mobilidade de pesquisadores asiáticos em visitas de pesquisa e intercâmbio em África tem sido uma constante. Conforme sustenta Iwata:

²³ Na verdade, a questão da segurança internacional englobando, a um só tempo, a questão do terrorismo, do tráfico de drogas e pessoas que tem o sul da Europa como porta de entrada tem constituído uma forte preocupação dos países africanos, sabendo particularmente que os países do Sahel e o Mabebe constituem pontos de trânsito, ainda que raramente de partida.

²⁴ CHERU, Fantu; OBI, Cyril. *The Rise of China and India in Africa: Challenges, Opportunities and Critical Interventions* (Africa Now). Londres: Zed Books, 2010.

In Asia, the academic exchanges and interactions among scholars and institutes of African studies have accelerated in recent years. Institutes of African studies in Asian countries, such as China, India, Japan, and South Korea, have increasingly organized international conferences, workshops, and seminars, and not only invited African and Western scholars but also other Asian scholars. Since the international conference on African studies successfully organized in South Korea in April 2012, the academic communication among Chinese, Indian, Japanese, and Korean Africanists has increased.²⁵

A participação de pesquisadores asiáticos em conferências organizadas em África e sua presença em atividades de pesquisa têm sido marcantes. Nas últimas assembleias gerais do CODESRIA, por exemplo, tem sido constante a presença de pesquisadores asiáticos. Da mesma forma, a presença de pesquisadores e estudantes africanos, frequentando universidades e institutos de pesquisa nos países asiáticos, tem aumentado.

Da mesma forma que na Europa e na Ásia, nos Estados Unidos e no Canadá o interesse das universidades pelo continente africano, e não apenas pelas diásporas africanas, tem tido um crescimento importante nas últimas décadas. De forma particular, tem-se assistido ao aparecimento dos *Centers of africana studies ou african studies*, a par dos *afro-american studies centers*.

Nos Estados Unidos de América, como pontua William G. Martin²⁶, a criação da Associação dos Estudos Africanos em 1957 constitui um marco importante, não obstante as dificuldades encontradas para a sua consolidação, nas décadas de 1950 e 1960. Como assinala Roquinaldo Ferreira²⁷, ao analisar o processo de institucionalização dos Estudos Africanos nesse país:

The second stage in the process of the institutionalization of African Studies started in the 1960s and would result in the creation of graduate programs in various other universities, including the University of Wisconsin in 1961.

Por sua vez, Paul Zeleza acrescenta que

By the early 1980s more than 600 of the nation's 3,535 institutions offered courses in Black Studies, African American Studies, Afro-American Studies, or Africana Studies. The number had dropped to about 215 by the early 1990s, thanks to

²⁵ IWATA, Takuo. Network Formation Challenges for African Studies in Asia. *Ritsumeikan International Studies* 27-1, junho 2014. “Na Ásia, os intercâmbios acadêmicos e as interações entre estudiosos e institutos de estudos africanos aceleraram nos últimos anos. Institutos de estudos africanos em países asiáticos, como a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul, têm organizado cada vez mais conferências, workshops e seminários internacionais, e não apenas os estudiosos africanos e ocidentais são convidados, mas também outros estudiosos asiáticos. Desde a conferência internacional sobre estudos africanos organizada com sucesso na Coreia do Sul em abril de 2012, a comunicação acadêmica entre africanos, chineses, japoneses e coreanos aumentou”.

²⁶ cf. também FERREIRA, Roquinaldo. The institutionalization of African Studies in the United States: origin, consolidation and transformation. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 71-88 - 2010

²⁷ Idem, p.75. “A segunda etapa no processo de institucionalização dos Estudos Africanos começou nos anos 60 e resultaria na criação de programas de pós-graduação em várias outras universidades, incluindo a Universidade de Wisconsin em 1961”.

internal dissensions, overwork, dwindling administrative support, and growing competition for resources by other ethnic studies and thematic studies programs.²⁸

Mais recentemente, a retomada no crescimento de cursos e centros de Estudos Africanos tem sido uma constante como também o número de pesquisadores africanos a trabalhar em universidades e centros de pesquisa norte americanos.

Situação relativamente similar pode ser encontrada no Canadá e México. No primeiro, pode ser encontrada cerca de uma dezena de cursos de graduação e pós-graduação em Estudos Africanos seja nas universidades de língua inglesa seja de língua francesa. Em termos institucionais, podemos apontar a *Canadian Association of African Studies*, bem como a existência de institutos e centros de Estudos Africanos.

Na América Latina, os Estudos Africanos têm vindo a conhecer um incremento importante como se pode observar pelas análises feitas na obra coletiva “*Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*”, editado pelo CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) e pelo CEA-UNC (Centro de Estudos Avançados, da Universidade Nacional de Córdoba), em 2008. No México, o Colégio do México possui desde 1964 um Centro de Estudos de Ásia e África (CEAA) que desenvolve importantes atividades e ensino e pesquisa e a Universidade Nacional Autônoma do México possui um Seminário Permanente de Estudos Africanos, assim como um Grupo de Estudos Africanos. Situação similar vamos encontrar na Colômbia, na Argentina, em Cuba, Costa Rica e no Brasil.

No Brasil, *locus* privilegiado de nossa reflexão, tem se vindo constatar um interesse crescente para com o continente africano e isto por parte das autoridades governamentais e das universidades, particularmente públicas. Os estudos de José Maria Nunes Pereira sobre o CEAA²⁹, de Vladimir Zamparoni³⁰, Livio Sansone³¹, Lorenzo Macagno³² e Kabengele Munanga³³ demonstram não apenas aumento do interesse pelos Estudos Africanos (não apenas enquanto estudos de área, por

²⁸ ZELEZA, Paul. The Pasts and Futures of African Studies and Area Studies. *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 25(2), California, UCLA, 1997, p.5. “No início dos anos 80, mais de 600 das 3.535 instituições do país ofereceram cursos em Estudos Negros, Estudos Afro-Americanos, Estudos Africanos e Americanos ou Estudos Africanos. O número caiu para cerca de 215 no início da década de 1990, graças a dissensões internas, excesso de trabalho, diminuição do apoio administrativo e crescente concorrência por recursos por parte de outros estudos étnicos e programas de estudos temáticos”.

²⁹ PEREIRA, José Maria Nunes. Os estudos africanos no Brasil – Um estudo de caso: o CEAA 277I: CLACSO/CEA. *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 277-298

³⁰ ZAMPARONI, V. D. Estudos africanos no Brasil: Veredas. In *Revista de Educação Pública*, v.04, n.05, p. 105-124, 1995.

³¹ SANSONE, L. "Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX". In: *Afro-Ásia*, v. 27, p. 249-269, 2002.

³² MACAGNO, L. Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas? *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. V. 5, n. 3, Set. - Dez, 2014. p. 124 - 137.

³³ MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

consequente, inter, pluri ou multidisciplinar, quanto em perspectivas disciplinares: antropologia, sociologia, história, estudos literários, filosofia, ciência política, etc.) quanto sua relevância para uma adequada compreensão da formação social brasileira quanto para resgatar, politicamente situando, a herança dos africanos e dos afro-brasileiros na construção da nação, secularmente (de)negada.

Não tendo feito uma pesquisa exaustiva sobre a temática, a leitura de artigos, teses e dissertações produzidas no Brasil sobre o continente africano parece apontar para o fato de que (i) tem aumentado o volume de pesquisas sobre o continente africano e recobrando várias disciplinas das humanidades, ou de cariz interdisciplinar; (ii) Não raras vezes, e particularmente no domínio das relações internacionais, as pesquisas revestem-se de um carácter comparativo Brasil- algum(ns) país(es) africano(s). (iii) existe ainda uma forte concentração das pesquisas nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), ainda que se possa observar um relativo incremento do interesse de pesquisadores brasileiros pela África do Sul, tendendo a haver predominância em áreas bem específicas. É, contudo, verdade que o interesse, por exemplo, com a Nigéria e demais países do Golfo da Guiné e da África Ocidental (especificamente o Senegal), do Magrebe e do Egito está presente, com alguma descontinuidade é verdade, desde meados dos anos setenta do século passado. Os estudos feitos sobre os primeiros centros de Estudos Africanos no Brasil, particularmente, o CEAO (Centro de Estudos Afro-Orientais), o CEA (Centro de Estudos Africanos) e o CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) demonstram as áreas temáticas, disciplinares e geográficas recobertas, bem como a dinâmica de evolução e/ou inflexão³⁴.

Nas últimas duas décadas e meia, nitidamente, também no Brasil a África passou a estar na moda! Disciplinas, projetos de dissertação e teses, MINTER (Mestrado interinstitucional/internacional) e DINTER (Doutorado inter-institucional/internacional), Pro-África, CAPES-AULP, protocolos e convênios, mobilidade de docentes, pesquisadores e discentes, etc. constituem um sem número de concretização da *fashion* África. Importa, contudo, interrogar – e não necessariamente, pelos menos *hic et nunc*, responder esses questionamentos- as razões subjacentes a esta nova “corrida” ao continente africano. Que nova(s) missão(ões) civilizatória(s) estará(ão) sendo montadas? Estarão os atuais africanos sendo associados à missão? Em que

³⁴ Cf. PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África—um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991; OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010; SCHLICKMANN, Mariana. A África como Objeto de Pesquisa Acadêmica: uma Análise das Revistas dos Três Primeiros Centros de Estudos Africanos no Brasil 1965/1987. *E-HUM- Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social* do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 8, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2015 -[www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index) 111.

condição? Serão *primus inter-pares* ou, antes, reproduzem, à exaustão, novas e velhas formas/fórmulas assimétricas?

Na verdade, estamos num contexto internacional em que se tem valorizado e valorado o chamado Sul-Global e, mais do que isso, a cooperação Sul-Sul ganhou visibilidade nas narrativas sobre as relações internacionais, inflitando a dominante e (neo)colonial relação Norte-Sul. A Antropologia foi, durante décadas, duramente criticada e, em alguns casos, exorcizada por causa do seu vínculo com o projeto colonial, produzindo conhecimentos sobre a África e os africanos para uma melhor dominação e docilização destes. Não se poderia, no mundo contemporâneo, fazer a mesma pergunta aos africanistas?

Muito se tem refletido, tanto no continente africano como em outros espaços, sobre a necessidade de descolonizar o processo de produção de conhecimento científico e, antes disso, dos paradigmas que sustentam os modelos (epistemológicos e teóricos) de explicação do continente africano. Mafeje³⁵, Magubane³⁶, Hountondji³⁷, Amadiune³⁸, Oyewumi³⁹, Thiong'o⁴⁰, Mbembe⁴¹, Mudimbe⁴², Comaroff & Comaroff⁴³, etc. produziram e/ou continuam produzindo importantes reflexões a respeito. Faço apenas a remissão, concentrando-me numa outra dimensão e num *topos* mais próximo e que me leva a uma reflexão mais modesta.

Gostaria, na verdade, depois de refletir sobre o ensino superior e a pesquisa em ciências humanas e sociais sobre África, feitos no continente africano ou em outros continentes, de centrar-me, prospectivamente, em possibilidades futuras e como poderiam (sem dúvida que se trata de uma visão e de um ensejo) desenvolver as pesquisas em África e conduzidas por africanistas num quadro colaborativo com colegas e instituições africanas.

Tandika Mkandawire⁴⁴, ao analisar as dinâmicas conhecidas pelas universidades e centros de pesquisa em ciências humanas e sociais no período pós-independência, consegue descortinar três gerações consubstanciando três momentos no desenvolvimento do ensino e da pesquisa no contexto pós-independência. Interessa-me, aqui, centrar na terceira geração/terceiro momento, uma vez que, como referido anteriormente, a minha reflexão, agora, quer centrar-se no momento presente.

³⁵ Op.cit

³⁶ Op. Cit.

³⁷ HOUNTONDI, Paulin. Duas perspectivas de estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149-160, mar. 2008.

³⁸ AMADIUME, I. *Male daughters, female husbands: gender and sex in an African society*. London: Zed Books, 1987

³⁹ OYEWUMI, O. (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005; OYEWUMI, O. *The invention of women: making an African sense of Western discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

⁴⁰ Op. Cit.

⁴¹ Op. Cit-

⁴² Op. Cit.

⁴³ Op. Cit.

⁴⁴ MKANDAWIRE, Tandika. Three Generations of African Academics: a note". *Transformation*, no 28, 1995, p. 75-83.

Esta nova geração de docentes e pesquisadores, sustenta Mkandawire é a que, a partir dos anos noventa do século passado, assumiu as rédeas das instituições universitárias e de pesquisa, substituindo a primeira e, em parte, a segunda geração gerações. Esta geração teria menos experiência internacional e trabalha em condições institucionais e materiais relativamente precárias.

Em termos científicos, sustenta Tandika Mkandawire não se afastando do que constataria Paulin Hountondji⁴⁵, a situação se mostra bizarra do ponto de vista da divisão internacional do trabalho intelectual. Grosso modo, os africanistas publicam trabalhos tendo as referências bibliográficas atualizadas, mas cujos dados apenas marginalmente se encontram atualizados. Em contrapartida, os pesquisadores africanos fornecem informações recentes sobre o seu suas problemáticas de pesquisa, mas com referências bibliográficas ultrapassadas.

O diagnóstico e o retrato feitos por Mkandawire levam-no a sugerir que: (i) a pesquisa e a universidade em África devam continuar a ser prioridades públicas; (ii) a privatização parcial do setor não podia conduzir a falsas ilusões e, sobretudo, a soluções conjunturais e provisórias; (iii) é necessário evitar a autodepreciação, devendo-se valorizar uma cultura científica e universitária coletiva feita de trocas e assentes na equidade; (iv) é também fundamental aumentar os programas doutorais e pós-doutorais para que a reprodução local da pesquisa seja assegurada.

Sem minimizar o diagnóstico de Mkandawire, mas recorrendo ao estudo de M. Mandani sobre a Universidade Makerere, pode-se, com alguma margem de segurança, assegurar que a situação das universidades e da pesquisa em África mudou substancialmente, ainda que de forma paradoxal. De um lado, aumenta exponencialmente o número de universidades, particularmente as privadas e, de outro, a quantidade, qualidade, e extensão continental da pesquisa, majoritariamente feita nas universidades e centros de pesquisa públicos, não se desenvolvem no mesmo ritmo que a oferta de cursos e do crescimento da taxa de escolarização no ensino superior. Em contrapartida, aumentam os centros de pesquisa, muitos independentes, relativizando o peso histórico do CODESRIA e da OSSREA, por exemplo. Da mesma forma, no refluxo das políticas de ajustamento estrutural, aumentaram os investimentos no ensino e na pesquisa científica, ainda que a participação do continente na produção científica mundial seja tímida.

Importante, no entanto, relevar uma preocupação crescente de pesquisadores, acadêmicos e intelectuais africanos num reposicionamento interno e internacional da produção científica africana. A título meramente indicativo, gostaria de apontar as ações do CODESRIA nesta matéria. A preocupação com uma pesquisa ancorada na realidade africana, que seja relevante teórica e socialmente, pode ser demonstrada com a temática central da XIII Assembleia Geral dessa organização pan-africana, que se realizou em Rabat-Marrocos, de 5 a 9 de Dezembro de 2011.

⁴⁵ Op. cit

Tendo como lema “A África e os desafios do Século XXI”, a *rationale* inscrita nos termos de referência e que justifica a temática central do conclave aponta que

Há que desconstruir o que alguns chamaram "o confinamento de África a uma economia de renda", compreender de forma mais crítica as oportunidades que se oferecem a este continente, mas também as restrições que pesam sobre ele, pois a questão de fundo é saber como é que neste século 21 se deve opor à "invenção da África" uma "invenção do mundo" por África?.⁴⁶

Tudo isto se assenta na constatação/questionamento de que:

O século XXI, como o século passado, parece não querer romper com o paradigma do complexo e do incerto. Em vez disso, confirma apenas que a proclamação precipitada e imprudente do "fim da história", segundo Fukuyama, não pode, legitimamente, livrar-se das questões que hoje interpelam, entre outros, o significado e a presença de África num mundo que vê as potências emergentes (África do Sul, Brasil, Rússia, Índia e China) agitarem cada vez mais a geopolítica tradicional. A crise financeira e as suas implicações sociais em alguns países do Norte, bem como a natureza cada vez mais global dos problemas **tornam evidente a necessidade urgente e imperiosa de os africanos teorizarem sobre a questão do futuro do nosso continente neste novo século.**

Esta postura pretende mostrar que a legitimidade do processo só pode ser forjada através da ruptura: ruptura com o afro pessimismo de fora e de dentro, para mostrar que a nova ordem política e económica mundial não é uma fatalidade; **ruptura com uma construção teórica de África**, que rejeita interrogações como as colocadas pelo Banco Mundial em 2000: "Será que a África pode reivindicar o seu lugar no século 21"? Trata-se de compreender como e porquê a África ainda é objecto estratégico na nova ordem político-económica mundial e quais são as oportunidades que lhe permitem reposicionar-se no mundo a partir do seu próprio objectivo, que continua a ser o de proporcionar o desenvolvimento aos seus habitantes (que de acordo com Sen, também deve ser entendida como liberdade).⁴⁷

O questionamento colocado pelo CODESRIA e que serviu de *leitmotiv* para as conferências, mesas redondas e grupos de trabalho durante sua XIII Assembleia Geral, se direcciona, de um lado, ao continente africano na sua totalidade, problematizando e prospetando sua inserção na geopolítica global e, de outro, como os pesquisadores africanos e sua produção científica podem, a um só tempo, ser – ou procurar ser- localmente pertinentes e, por via disso, internacionalmente relevantes. Dito de outro modo, para os pesquisadores africanos em ciências sociais e humanas continua sendo questão a necessidade de se ultrapassar, de forma perene, a dominação epistemológica, mas também política que está inscrita no interior da comunidade internacional de especialistas de África e que tendem a impor sistemas e critérios de legitimação do que se estuda, do como se estuda e da cientificidade do que se produz.

⁴⁶ CODESRIA. *A África e os desafios do Século XXI*. 13ª Assembleia Geral do CODESRIA: 5 a 9 de dezembro de 2011, Rabat (Marrocos).

⁴⁷ Idem

Parece haver um crescente consenso, tanto na comunidade de pesquisadores africanos quanto entre muitos africanistas, de que a contraposição a essa desigualdade no campo internacional do trabalho científico passa pela formação e renovação permanente de uma capacidade africana de pesquisadores capazes de, sem mimetismo, dialogar com seus pares de outros horizontes, mas, antes disso, dialogar entre si e com os seus, respondendo às necessidades desses, assumindo a pluralidade de *epistêmes* e, portanto, de saberes.

Neste mesmo exercício, para além do reforço do diálogo científico intra-africano (o que não é uma evidência *de per se*, pois persistem barreiras relacionadas às áreas geográficas, linguísticas e culturais), impõe-se, claro está, o reforço e aprofundamento da cooperação internacional com as diásporas africanas e com pesquisadores de outros países e regiões, particularmente no âmbito da cooperação Sul-Sul.

5. Como pensar numa perspectiva colaborativa ou a pesquisa em e sobre África contemporânea como co-construção

Se é verdade, como temos estado a sustentar, que o ensino superior e a pesquisa em e sobre África têm conhecido, a nível interno, um crescimento importante nos últimos anos, assim como a partir de outros continentes, cabendo, no nosso contexto, relevar o incremento de estudos e pesquisas sobre África no Brasil, continua sendo importante, contudo, colocar um conjunto de questões para reflexão. O quão colaborativo são esses projetos de ensino e pesquisa propostos e desenvolvidos pelos ‘africanistas’, suas instituições e os pesquisadores e as instituições africanas? Como esses programas e projetos efetivamente se articulam e se ancoram nas - e com as - necessidades, realidades e agendas africanas ou como com elas se articulam (relevância teórica e social)? Do ponto de vista dos modelos teóricos/paradigmas como se adequam ou, melhor, qual é a efetiva capacidade heurística desses modelos?

São questões presentes, não apenas entre os africanos, mas nos espaços de interlocução com os pesquisadores estrangeiros. Na verdade, de forma crescente, os pesquisadores africanos têm pugnado por uma nova inserção da África, de seus pesquisadores e do conhecimento por eles produzidos na divisão internacional do trabalho intelectual. O que passa, não apenas, por uma endogeneização das ciências humanas e sociais africanas como também pela construção de alternativas paradigmáticas que melhor permitam descrever, analisar e explicar as realidades africanas.

O diálogo entre pesquisadores africanistas e africanos, embora tenha aumentado de forma acentuada nos últimos anos, continua, ainda, pouco significativa e com concentração em alguns países. Mais ainda, esse diálogo está longe de ser um diálogo inter-pares se se ultrapassar uma certa

retórica discursiva que se sustenta, particularmente a nível da cooperação Sul-Sul, na inexistência de condicionalidades.

Não se pode obnubilar o fato de que, não raras vezes, o continente africano continua sendo apenas o “campo” partilhado e segmentado entre os africanistas, inexistindo qualquer sistema efetivo de troca, de relações institucionais, ou de retorno.

Quando as relações de cooperação são discursivamente apontadas como estando assentes na horizontalidade, nada mais são e revelam, quando analisadas com profundidade, do que autocentradas e, amiúde, heteroimpostas, permanecendo, em regra, ausentes as condições de emergência de uma co-construção de saberes.

A mudança dessas situações, numa relação efetivamente *win-win* (*ganhador-ganhador*), para usar uma expressão em voga, exige, ao menos aos que já dispõem de uma consciência política e epistêmica, uma luta incessante por parte dos pesquisadores africanos e africanistas para que as relações Sul-Sul deixem de reproduzir de forma homóloga as relações Norte-Sul, de forma consciente ou inconsciente. Isso passa por uma dupla vigilância: epistemológica e política, assentes ambas numa forte reflexividade do pesquisador. A primeira exige uma análise profundamente crítica das condições meta-teóricas e teóricas de produção do conhecimento em e sobre África e o quão elas são heurísticamente relevantes para os fins a que se propõem. A segunda exige a tomada de consciência de que o campo de produção do saber e do conhecimento científico é um campo de luta, estando, por conseguinte, assente e enredado em relações de poder. De certa forma, ainda, as estruturas das relações de poder no campo científico reproduzem, de forma homóloga, as relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. A transformação que se impõe não é uma mera mudança de posições na estrutura do campo, mas antes, da mudança da própria estrutura do campo. Esta é condição de uma verdadeira descolonização do campo científico e da autonomia dos pesquisadores e, a partir daí, do estabelecimento de novos padrões de relações.

Na verdade, afigura-se inadmissível aceitar os princípios que, a este respeito, parece sustentar o Banco Mundial. Como aponta Mamdani,

The World Bank’s notion of a flat world, *sans* history, can only entrench a global division of knowledge whereby research is concentrated in a few technologically advanced countries—the knowledge-driven economies—with its results disseminated to the majority of humanity living in market-driven economies and therefore fit to be no more than passive consumers of knowledge with no other future to look forward to than that of clones. But unless we are to reproduce an impoverished vision of colonial vintage, we cannot think of global knowledge as a permanent trade-mark of advanced countries with its results transported elsewhere as turnkey projects. Concrete conditions require an understanding of concrete processes, which is why there can be no independent thought—indeed no

independence—without institutions to sustain independent research and produce relevant knowledge. The key institution is the research university.⁴⁸

Para o continente africano impõe-se, como refere Mamdani, assumir e investir na pesquisa nas universidades. Ao mesmo tempo, e sem cair em endogamia, reforçar mecanismos de cooperação com pesquisadores e instituições de outros continentes. É, aliás, neste sentido que vai a proposta de Paul Zeleza ao analisar os novos vínculos cooperativos que devem ser criados e cultivados. Ele aponta que

Suffice it to say here that they [the new linkages that ought to be created and cultivated], should encompass all the key stages and structures of knowledge production, from the conception of research themes and organization of collaborative research, to publications, review networks and reward structures. Critical to that dialogue, to the construction of new intellectual triangular trans-Atlantic conversations-between Africa, the United States or the Americas more generally, and Europe will be African immigrant scholars located in the North, who in their personal and professional lives straddle the three continents, and frequently cross and seek to bridge the Atlantic, so much the source of our historic pain; and so much the spring of our collective liberation and the future of a truly de-racialized modernity.⁴⁹

6. Reflexões finais

Sim, África está na moda! Os recursos naturais e minerais do continente são cada vez mais apetecíveis! Mas, como sugeriu alguém, o Mundo gosta e quer a África, mas, preferencialmente, sem os africanos. Estes, quando incontornáveis, devem ficar no continente. O fluxo e a circulação de pessoas, bens e serviços, *benchmark* da globalização, não se aplica aos indesejados africanos.

África e os africanos estão na moda porque, de forma crescente, acadêmicos e pesquisadores africanos têm procurado recentrar os estudos sobre o continente, buscando impor agendas e

⁴⁸ MANDANI, Op. Cit, p. xvi. A noção de um mundo plano, sem história, do Banco Mundial, só pode consolidar uma divisão global do conhecimento, em que a pesquisa se concentra em alguns países tecnicamente avançados - as economias baseadas no conhecimento - com seus resultados disseminados para a maioria da humanidade que vive no mercado - economias impulsionadas e, portanto, não são mais do que consumidores passivos de conhecimento sem outro futuro à espera do que os clones. Mas, a menos que possamos reproduzir uma visão empobrecida da safra colonial, não podemos pensar no conhecimento global como marca permanente de países avançados, com seus resultados transportados em outros lugares como projetos turnkey. As condições concretas exigem uma compreensão dos processos concretos, razão pela qual não pode haver pensamento independente - de fato, sem independência - sem instituições para sustentar pesquisas independentes e produzir conhecimento relevante. A instituição-chave é a universidade de pesquisa.

⁴⁹ ZELEZA, op. Cit. P. 41, “Basta dizer aqui que eles [os novos vínculos que devem ser criados e cultivados] devem abranger todos os estágios e estruturas principais da produção do conhecimento, desde a concepção de temas de pesquisa e organização da pesquisa colaborativa, até publicações, redes de revisão e estruturas de recompensa. Crítico para com esse diálogo, para a construção de novos diálogos intelectuais triangulares transatlânticos - entre a África, os Estados Unidos ou as Américas, de um modo geral, e a Europa serão acadêmicos africanos imigrantes no Norte, que em suas vidas pessoais e profissionais conectam os três continentes, e, frequentemente, atravessam e procuram cruzar o Atlântico, tanto a fonte de nossa dor histórica; quanto a primavera de nossa libertação coletiva e o futuro de uma modernidade verdadeiramente desracializada”.

modelos de explicação que sejam social e teoricamente relevantes. Têm, igualmente, procurado desconstruir as narrativas exógenas e que (re)inventam a África e os africanos para servir um enredo no qual são figurantes, propondo aos africanos uma visão endógena, possibilitadora da autonomia e da independência de pensamento e ação⁵⁰.

África e os africanos estão na moda, porque as diásporas africanas espalhadas em todo o mundo têm tido um forte protagonismo buscando sua visibilização, reposicionando-se nas suas comunidades de pertença bem como na sua ligação com o continente.

Neste novo quadro, assistimos a um revisitar da presença e da contribuição dos africanos e sua descendência em todos os continentes, com particular realce para as América, quanto uma busca de um novo conhecimento sobre os seus ancestrais. Este processo marca uma profunda contestação, a um só tempo, das narrativas sobre a África, os africanos e as diásporas africanas, e os modelos teóricos que têm sustentado essas mesmas narrativas.

Entre muitos pesquisadores não africanos (africanistas) e que não possuem uma ascendência africana tem-se assistido também a um forte esforço de rompimento com visões e modelos marcados pelo eurocentrismo

No entanto, persistem ainda clivagens, desigualdades, mal-entendidos e deturpações significativos. Mais ainda, continuam formas coloniais de produção do saber e de estabelecimento de relações de cooperação. De igual modo, no afã de redescobrir e revalorizar o continente africano, não raras vezes, se encontram contra-discursos que essencializam e tornam estáticas as realidades africanas, construindo uma África fora do lugar⁵¹.

O desafio continua sendo o de perseverar, limando as arestas, reposicionando-se e (re)construindo novas visões e novos paradigmas. Neste quadro, os que pesquisam sobre África e, preferencialmente, em África, devem se reposicionar teórica e eticamente para que a pesquisa não apenas seja colaborativa, mas que, fundamentalmente, respeite os sujeitos colaboradores do processo. A África continuará certamente na moda!

Referências bibliográficas

- ADESINA, Jimi O. Archie Mafeje and the Pursuit of Endogeneity: Against Alterity and Extroversion. *Africa Development*, Vol. XXXIII, No. 4, 2008, p. 133–152
- AfDB, OECD, UNDP, UNECA. *Perspectivas Económicas em África 2012*.
- AKE, Claude. *Social Science as Imperialism. The Theory of Political Development*. Ibadan: Ibadan University Press, 1982

⁵⁰ CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

⁵¹ MOTTA, Antonio. “Da África em casa à África fora de casa (Notas sobre uma exposição em trânsito)”, In: Braz, Juliana; Lobo, Andrea (Org.), *África em Movimento*. Brasília: UNB, 2012, p. 245-268.

- AMADIUME, I. *Male daughters, female husbands: gender and sex in an African society*. London: Zed Books, 1987.
- BALANDIER, Georges. La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. 110, n.º. 1, 2001, pp. 9-29.
- CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.
- CHERU, Fantu & OBI, Cyril (ed). *The Rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*. London/New York: The Nordic Africa Institute & Zed Books, 2010
- CODESRIA. *A África e os desafios do Século XXI*. 13ª Assembleia Geral do CODESRIA: 5 a 9 de dezembro de 2011, Rabat (Marrocos)
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. *Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa (The Radical Imagination)*. Routledge; Paradigm Publishers, Boulder, CO, 2011
- COPANS, Jean. Pour une histoire et une sociologie des études africaines. *Cahiers d'Études Africaines*, 1971, vol. 11, nr. 43, p. 422-447
- DE SARDAN, J-P. Promouvoir la recherche face à la consultance. *Cahiers d'études africaines* (en ligne), 202-203, 2011, consultado em 4 /9/2017;
- FERREIRA, Roquinaldo. The institutionalization of African Studies in the United States: origin, consolidation and transformation. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n.º 59, p. 71-88 – 2010
- FURTADO, Cláudio Alves. O continente africano e a produção africana do conhecimento. *RELEA-Revista Latino-Americana de Estudos Avançados*, v.1, n.1 jan./jun. 2016, p,118-137
- HOUNTONDJI, Paulin. Duas perspectivas de estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149-160, mar. 2008.
- IWATA, Takuo. Network Formation Challenges for African Studies in Asia. *Ritsumeikan International Studies* 27-1, junho 2014
- IWATA, Takuo. Comparative study on «Asian». *Approachs to Africa: An Introductory reflexion. . African Study Monographs*, 33 (4), p. 209-231, December 2012 209
- LIVINGSTON, Steven. A Evolução dos Sistemas de Informação em África: Um caminho para a segurança e estabilidade. Washington D.C., Centros de Estudos Estratégicos de África, Trabalho de Pesquisa No 2, março de 2011.
- MACAGNO, L. Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas? *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. V. 5, n. 3, set. - Dez, 2014. p. 124 - 137.
- MAFEJE, Archie. *Anthropology in Post-Independence Africa: End of an Era and the Problem of Self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, 2001
- MAGUBANE, Bernard. A Critical Look at Indices Used in the Study of Social Change in Africa, *Current Anthropology*, 12, 1971.
- MANDANI, Mahmood. *Scholars in the Marketplace. The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989–2005*. Dakar: CODESRIA, 2007
- MARTIN, Wiliam G. The Rise of African Studies (USA) and the Transnational Study of Africa. *African Studies Review*, Volume, 54 Issue 2, April 2011, pp. 59-83
- MARX, Karl, O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. S. Paulo: Boitempo, 2011
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MKANDAWIRE, Tandika (eds). *African Intellectuals: Rethinking Politics, Language, Gender and Development*. Dakar: CODESRIA; Zed Books, 2005.
- MKANDAWIRE, Tandika. Three Generations of African Academics: a note”. *Transformation*, no 28, 1995, p. 75-83.
- MOTTA, Antonio. “Da África em casa à África fora de casa (Notas sobre uma exposição em trânsito)”, In: Braz, Juliana; Lobo, Andrea (Org.), *África em Movimento*. Brasília: UNB, 2012, p.

245-268.

MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Prognosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MUDIMBE, V. Y. *The Idea Of Africa*. Indiana: Indiana University Press, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NDIAYE, Abdoulaye (dir). *Chercheurs et décideurs d'Afrique. Quelles synergies pour le développement*. Dakar: CODESRIA, 2009.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

OYEWUMI, O. (Ed.). *African gender studies: a reader*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

OYEWUMI, O. *The invention of women: making an African sense of Western discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PEEREIRA, José Maria Nunes. Os estudos africanos no Brasil – Um estudo de caso: o CEAA 277I: CLACSO/CEA. *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 277-298

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África—um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991.

SANSONE, L. "Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX". In: *Afro-Ásia*, v. 27, p. 249-269, 2002.

SCHLICKMANN, Mariana. A África como Objeto de Pesquisa Acadêmica: uma Análise das Revistas dos Três Primeiros Centros de Estudos Africanos no Brasil 1965/1987. *E-HUM- Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social* do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 8, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2015 -[www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index) 111.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*. Oxford: James Currey, 2006

ZAMPARONI, V. D. A África e os Estudos Africanos no Brasil: Passado e futuro. In: *Ciência e Cultura*. vol.59, no.2, São Paulo, Abril./Junho2007, p.46-49

ZAMPARONI, V. D. Estudos africanos no Brasil: Veredas. In *Revista de Educação Pública*, v.04, n.05, p. 105-124, 1995.

ZELEZA, Paul. The Pasts and Futures of African Studies and Area Studies. *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 25(2), California, UCLA, 1997, p.5-41.